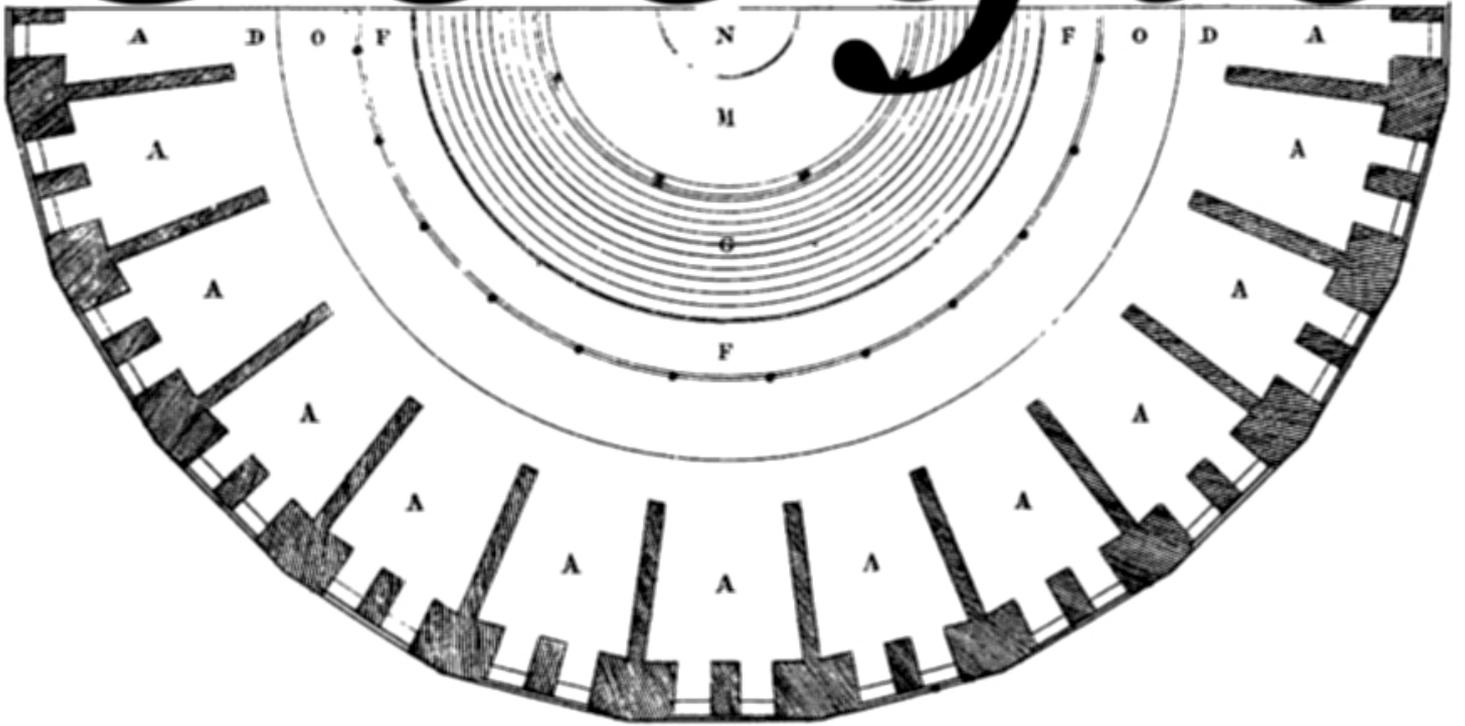


*Foda-se o*

**Google**



COMITÊ  
INVISÍVEL

# Fuck off Google

# COMITÊ INVISÍVEL<sup>1</sup>

*1. Não existem “Revoluções de Facebook” mas uma nova “Ciência de Governo”, a Cibernética.*

*2. Guerra a tudo que for Smart!*

*3. Miséria cibernética.*

*4. Técnicas contra tecnologia.*

---

<sup>1</sup> Trata-se da adaptação a partir do português-pirata de Portugal, que vem circulando nos fluxos virtuais, de um dos capítulos do livro “Aos nossos Amigos” (À Nos Amis), do Comité Invisible (Comitê Invisível), lançado primeiramente em francês, no ano de 2014. Os pronomes de gênero foram mantidos tal como na edição francesa, no universal masculino não-declarado e no sistema binário. Acreditamos que passar pra linguagem não-transfóbica e não-heterossexista, com o uso da letra *x* para pronomes de gênero, contribuiria para a construção de uma imagem inadequada do Comitê Invisível, posto que a destruição do sistema binário compulsório e da heterossexualidade como regime político não é uma de suas demandas, ao menos não na escrita. N. Da R.

## **1. Não existem “Revoluções de Facebook” mas uma nova “Ciência de Governo”, a Cibernética.**

A genealogia é pouco conhecida e merece ser abordada: o Twitter foi criado a partir de um programa denominado TXTMob, inventado por ativistas norte-americanos para que se coordenassem por telemóvel, aquando das manifestações contra a convenção nacional do Partido Republicano de 2004. Esta aplicação teria sido utilizada então por umas 5000 pessoas, que partilharam em tempo real informações sobre as ações em curso e os movimentos da polícia. O Twitter, lançado dois anos mais tarde, foi também utilizado para fins similares, por exemplo na Moldávia, tendo as manifestações iranianas de 2009 popularizado a ideia de que ele seria a ferramenta necessária à coordenação dos insurretos, em particular contra as ditaduras. Em 2011, quando os motins atingiram uma Inglaterra que pensávamos definitivamente impassível, os jornalistas efabularam logicamente que os tweets tinham facilitado a propagação dos desacetos a partir do seu epicentro, Tottenham. Provou-se que, por causa das suas comunicações, os amotinados tenham desviado a sua atração para os Blackberry, telefones com segurança pensados para gestores de bancos e de multinacionais e dos quais os serviços secretos ingleses não tinham sequer as chaves de descodificação. Um grupo de *hackers* pirateou até o site da Blackberry para a dissuadir de cooperar com a polícia. Se o Twitter, desta vez, permitiu uma auto-organização foi mais a das hordas de varredores-cidadãos que resolveram limpar e reparar os danos causados pelos confrontos e as pilhagens. Esta iniciativa foi coordenada pela CrisisCommons: uma “rede de voluntários que trabalham juntos para construir e utilizar as ferramentas tecnológicas que ajudam a responder aos desastres e a aumentar a resiliência e a resposta a uma crise.” Um pasquim da esquerda francesa comparou na altura esta iniciativa com a organização da Puerta del Sol durante o movimento dito “dos indignados”. Pode parecer absurda a amálgama entre uma iniciativa que visa acelerar o regresso à ordem e a organização da vida numa praça ocupada por milhares de pessoas, apesar das repetidas investidas da polícia. A não ser que não se veja aqui mais do que dois gestos *espontâneos, conectados e cidadãos*. Os “indignados” espanhóis, pelo menos uma parte não negligenciável dentre eles, invocaram, desde o 15M, a sua fé na utopia da cidadania conectada. Para estes, as redes sociais informáticas tinham não apenas acelerado a propagação do movimento de 2011, mas também e sobretudo lançado as bases de um novo tipo de organização política, para a luta e para a sociedade: uma democracia conectada, participativa, transparente. É sempre deplorável, para “revolucionários”, partilhar uma ideia destas com Jared Cohen, o conselheiro em antiterrorismo do governo norte-americano que contactou e pressionou a Twitter, durante a “revolução iraniana” de 2009, a manter o seu funcionamento face à censura. Jared

Cohen escreveu recentemente com o ex-patrão da Google, Eric Schmidt, um livro político que faz enregelar, *The new digital age*. Lê-se logo aí, na primeira página, esta boa frase para alimentar a confusão quanto às virtudes políticas das novas tecnologias de comunicação: “A Internet é a mais vasta experiência que implica a anarquia na história.”

“Em Tripoli, Tottenham ou Wall Street, as pessoas protestaram contra o fracasso das políticas atuais e as magras possibilidades oferecidas pelo sistema eleitoral... Elas perderam a fé no governo e nas outras instituições centralizadas do poder... Não há nenhuma justificativa viável para que um sistema democrático limite a participação dos cidadãos ao simples ato de votar. Vivemos num mundo onde pessoas normais contribuem para a Wikipedia; organizam *on line* manifestações no ciberespaço e no mundo físico, como as revoluções egípcia e tunisina ou o movimento dos indignados em Espanha; e esmiúçam as mensagens diplomáticas reveladas pelo Wikileaks. As mesmas tecnologias que nos permitem trabalhar juntos à distância criam a esperança de que nos poderemos governar melhor.” Não é uma “indignada” que fala, ou se o é, será necessário precisar que ela acampou durante muito tempo num escritório da Casa Branca: Beth Noveck dirigia a iniciativa pelo “Open Government” da Administração Obama. Esse programa parte da constatação de que a função governamental consiste, daqui para a frente, na promoção da relação entre cidadãos e na disponibilização de informações retidas no seio da máquina burocrática. O mesmo para o edil de Nova Iorque, “a estrutura hierárquica baseada no fato de que o governo saberá o que é bom para vós caducou. O novo modelo para este século apoia-se na cocriação e na colaboração”.

O conceito de *Open Government Data* foi, sem surpresa, elaborado não por políticos mas por programadores – aliás, por fervorosos defensores do desenvolvimento de software *open source* – que invocavam a ambição dos pais fundadores dos Estados Unidos: que “cada cidadão tome parte na governação”. A governação é aqui reduzida a um papel de animadora ou facilitadora, ultimamente ao de “plataforma de coordenação da ação cidadã”. O paralelismo com as redes sociais é totalmente assumido. “Como é que a cidade pode ser pensada da mesma forma que o ecossistema de API (interfaces de programação) do Facebook ou do Twitter?”, interrogam-se na Câmara de Nova Iorque. “Tal deve permitir-nos produzir uma experiência de governação mais centrada no utilizador, visto que o desafio não é só o consumo mas a coprodução de serviços públicos e de democracia.” Mesmo arrumando estes discursos no sector das elucubrações, fruto de cérebros algo esquentados de Silicon Valley, isto confirma que a prática de governo se identifica cada vez menos com a soberania estatal. No tempo das redes, governar significa assegurar a interconexão dos homens, dos objetos e das máquinas, assim como a

circulação livre, isto é transparente, isto é controlável, da informação assim produzida. Vejamos uma atividade que se desenrola já, em larga medida, fora dos aparelhos de Estado, ainda que estes tentem por todos os meios conservar o controle. O Facebook é seguramente menos o modelo de uma nova forma de governação do que a sua realidade já em ação. E quando os cientistas da computação entram hoje nos palácios presidenciais e nas administrações das maiores cidades do mundo não é para ali se instalarem, mas para enunciar as novas regras do jogo: a partir de agora, as administrações dos governos estão em concorrência com outros prestadores dos mesmos serviços que, infelizmente para elas, estão alguns passos à frente. Propondo os serviços de hospedagem nas suas “*nuvens*” para proteger os serviços do Estado das revoluções, tal como o cadastro criminal se torna agora acessível com aplicativos para celular, *The New Digital Age* afirma: “No futuro, as pessoas não irão apenas fazer becape dos seus dados: elas farão becape do seu governo.” E, caso não tivéssemos percebido bem quem é que manda agora, conclui: “Os governos podem ser derrubados e as guerras podem destruir as infraestruturas físicas, mas as instituições virtuais sobreviverão.” Com o Google, o que se esconde sob a aparência de uma inocente interface, de um motor de busca de uma rara eficácia, é um projeto explicitamente político. Uma empresa que mapeia todo o planeta, enviando equipes para fotografar cada rua de cada cidade não pode ter interesses apenas comerciais. Ninguém mapeia um território sem intenções de dominá-lo. “*Don’t be evil.*” = “*Deixe tudo em nossas mãos*”.

É algo perturbador constatar que sob as tendas que cobriam o Zuccotti Park, da mesma forma que nos gabinetes de prospectiva – isto é, um pouco mais alto nos céus de Nova Iorque –, a resposta ao desastre é pensada nos mesmos termos: conexão, rede, auto-organização. É o sinal de que ao mesmo tempo que se punham em prática as novas tecnologias de comunicação, que agora tecem não apenas a sua teia sobre a Terra mas a própria textura do mundo em que vivemos, uma certa forma de pensar e de governar estava em vias de vencer. Ora, as bases desta nova ciência de governo foram lançadas por esses mesmos, engenheiros e cientistas, que inventavam os meios técnicos da sua aplicação. A história é a seguinte: o matemático Nobert Wiener, quando estava a acabar de trabalhar para o exército norte-americano, nos anos 1940, pôs-se a lançar simultaneamente uma nova ciência, uma nova definição do homem, da sua relação com o mundo, da sua relação consigo próprio. Claude Shannon, engenheiro na Bell e no MIT, cujos trabalhos sobre amostragem ou sobre medição da informação serviram para o desenvolvimento das telecomunicações, tomou parte desse trabalho. Da mesma forma que o surpreendente Gregory Bateson, antropólogo em Harvard, empregue pelos serviços secretos norte-americanos no Sudeste Asiático durante a II Guerra Mundial, amante refinado de LSD e

fundador da escola de Palo Alto. Ou ainda o truculento John von Neumann, o redator do *First draft of a Report on the EDVAC*, considerado como o texto fundador da ciência da computação, o inventor da teoria dos jogos, contributo determinante para a economia neoliberal, partidário de um ataque nuclear preventivo contra a URSS e que, após ter determinado o ponto ótimo onde largar a Bomba sobre o Japão, não deixou mais de prestar diversos serviços ao exército norte-americano e à então jovem CIA. Estes mesmos, portanto, que contribuíram de forma nada negligenciável para o desenvolvimento dos novos meios de comunicação e de tratamento da informação após a II Guerra Mundial, lançando assim as bases dessa “ciência” que Wiener chamaria de “cibernética”. Um termo que Ampère tinha tido a boa ideia de definir, um século antes, como a “ciência do governo”. Assim, temos portanto uma arte de governar cujo gesto fundador é quase esquecido, mas cujos conceitos fizeram o seu caminho subterrâneo, disseminando-se ao mesmo tempo que os cabos que se instalavam, um após o outro, por toda a superfície do globo, irrigando tanto a informática como a biologia, a inteligência artificial, a gestão ou as ciências cognitivas.

Nós não vivemos, após 2008, uma brusca e inesperada “crise econômica”, nós assistimos apenas à lenta falência da economia política *enquanto arte de governar*. A economia nunca foi nem uma realidade nem uma ciência. Ela nasceu, no século XVII, imediatamente como arte de governar as populações. Era preciso evitar a miséria para evitar a rebelião das ruas, daí a importância da questão dos “grãos” – e produzir riqueza para aumentar o poder do soberano. “A via mais segura para qualquer governo é apoiar-se sobre os interesses dos homens”, dizia Hamilton. Governar queria dizer, uma vez elucidadas as leis “naturais” da economia, deixar correr o seu mecanismo harmonioso, mover os homens manobrando os seus interesses. Harmonia, previsibilidades dos comportamentos, futuro radiante, suposta racionalidade dos atores. Tudo isto implicava uma certa confiança, poder “dar crédito”. Mas são justamente esses fundamentos da velha prática governamental que a gestão pela crise permanente vem pulverizar. Nós não vivemos uma monumental “crise de confiança” mas o *fim* da confiança, pois ela se tornou dispensável para os governos. Onde o controle e a transparência reinam, onde o comportamento dos sujeitos é antecipado em tempo real pelo tratamento algorítmico da massa de informações disponíveis sobre eles, não há mais necessidade de neles confiar nem de que eles tenham confiança: basta que eles sejam suficientemente vigiados. Como dizia Lenin, “a confiança é boa; o controle é melhor”.

A crise de confiança do Ocidente em si próprio, no seu saber, na sua linguagem, na sua razão, no seu liberalismo, no seu sujeito e no mundo, remonta de fato ao final do século XIX: ela rebenta em todos os domínios

com e em torno da I Guerra Mundial. A cibernética desenvolveu-se nesta ferida aberta da modernidade; ela impôs-se como remédio à crise existencial, e portanto governamental, do Ocidente. “Nós somos”, considerava Wiener, “náufragos num planeta condenado à morte. (...) Num naufrágio, as regras e os valores humanos não desaparecem necessariamente e nós temos de tirar o melhor partido possível. Nós seremos engolidos, mas convém que tal seja de uma forma que possamos desde já considerar como digna da nossa grandeza”. A governança cibernética é por natureza apocalíptica. A sua finalidade é impedir localmente o movimento espontaneamente entrópico, caótico, do mundo e assegurar “ilhas de ordem”, de estabilidade, e – quem sabe? – a eterna autorregulação dos sistemas, por via da circulação desenfreada, transparente e controlável da informação. “A comunicação é o cimento da sociedade e aqueles cujo trabalho consiste em manter desimpedidas as vias de comunicação são os mesmos de quem depende sobretudo a perpetuação ou a queda da nossa civilização”, pensava saber Wiener. Como em todo o período de transição, a passagem da antiga governamentalidade econômica à cibernética abre uma fase de instabilidade, uma claraboia histórica onde é a governamentalidade *enquanto tal* que pode ser colocada em xeque.

## **2. Guerra a tudo que for Smart!**

Nos anos 1980, Terry Winograd, o mentor de Larry Page, um dos fundadores da Google, e Fernando Flores, antigo ministro da Economia de Salvador Allende, escreviam a sobre o design na teoria da informação que esta é “de ordem ontológica. Ela constitui uma intervenção sobre o fundo da nossa herança cultural e empurra-nos para fora dos hábitos arraigados da nossa vida, afetando profundamente as nossas maneiras de ser. (...) Ela é necessariamente reflexiva e política.” Pode-se dizer o mesmo da cibernética. Oficialmente, ainda somos governados pelo velho paradigma ocidental dualista onde há o sujeito e o mundo, o indivíduo e a sociedade, os homens e as máquinas, o espírito e o corpo, o vivo e o inerte; são distinções que o senso comum ainda tem como válidas. Na realidade, o capitalismo cibernético pratica uma ontologia, e portanto uma antropologia, cujas inovações reserva aos seus quadros. O sujeito ocidental racional, consciente dos seus interesses, que aspira ao domínio do mundo e que por isso é governável, dá lugar à concepção cibernética de um ser sem interioridade, de um *selfless self*, de um Eu sem Eu, emergente, climático, constituído pela sua exterioridade, pelas suas relações. Um ser que, armado com o seu Apple Watch, acaba por se apreender integralmente a partir de fora, a partir das estatísticas que cada um dos seus comportamentos engendra. Um *Quantified Self* que gostaria muito de controlar, medir e desesperadamente otimizar cada um dos seus gestos, cada um dos seus afetos. Para a cibernética mais

**– Nós não vivemos uma monumental “crise de confiança” mas o fim da confiança, pois ela se tornou dispensável para os governos. Onde o controle e a transparência reinam, onde o comportamento dos sujeitos é antecipado em tempo real pelo tratamento algorítmico da massa de informações disponíveis sobre eles, não há mais necessidade de neles confiar nem de que eles tenham confiança: basta que eles sejam suficientemente vigiados. Como dizia Lenin, “a confiança é boa; mas controle é melhor”.**

avançada, já não há o homem e o seu meio ambiente, mas antes um sistema, ele próprio inscrito num conjunto de sistemas complexos de informações, lugares de processos de auto-organização; um ser que percebemos melhor a partir da via média do budismo indiano do que de Descartes. “Para o homem, estar vivo equivale fazer parte de um amplo sistema mundial de comunicação”, avançava Wiener em 1948.

Tal como a economia política produziu um *homo economicus* gerenciável no quadro dos Estados industriais, a cibernética produz a sua própria humanidade. Uma humanidade transparente, esvaziada pelos próprios fluxos que a atravessam, eletrizada pela informação, ligada ao mundo por uma quantidade sempre crescente de dispositivos. Uma humanidade inseparável do seu ambiente tecnológico, porque por ele constituída e aí conduzida. Tal é agora o objeto da governação, já não o homem nem os seus interesses, mas o seu “ambiente social”. Um ambiente cujo modelo é a cidade inteligente. Inteligente porque produz, graças aos seus sensores, a informação cujo tratamento permite a sua autogestão em tempo real. É inteligente porque produz e é produzida por habitantes inteligentes. A economia política reinava sobre os homens deixando-os livres de prosseguir os seus interesses, a cibernética controla-os, deixando-os livres para comunicar. “Devemos reinventar os sistemas sociais num quadro controlado”, resumia recentemente um professor qualquer do MIT.

A visão mais petrificante e mais realista da metrópole do futuro não está nas brochuras que a IBM distribui aos municípios para lhes vender sistemas de controle dos fluxos de água, de eletricidade ou do tráfego viário. É antes essa que se desenvolveu *a priori* “contra” a visão orwelliana da cidade: “*Smart Cities*” coproduzidas pelos seus habitantes (ou, pelo menos, pelos mais conectados de entre eles). Um outro professor do MIT em viagem pela Catalunha congratula-se por ver a sua capital tornar-se pouco a pouco uma “*fab city*”: “Sentado aqui em pleno centro de Barcelona vejo que se inventa uma nova cidade na qual todo o mundo poderá aceder às ferramentas para que ela se torne completamente autónoma.” Os cidadãos já não são mais subalternos mas sim *smart people*; “receptores e geradores de ideias, de serviços e de soluções”, como diz um deles. Nesta visão, a metrópole não se torna *smart* pela decisão e ação de um governo central, ela surge, tal como uma “ordem espontânea”, quando os seus habitantes “encontram novos meios de fabricar, ligar e dar sentido aos seus próprios dados”.

Por trás da promessa futurista de um mundo de pessoas e de objetos integralmente conectados – quando carros, geladeiras, relógios, aspiradores e vibradores estiverem diretamente ligados entre si e à Internet –, há aquilo que já aqui está: o fato de que o mais versátil dos

sensores esteja já em funcionamento – Eu! “Eu” compartilho a minha geo-localização, o meu “status” de humor, as minhas ideias, um relato sobre que vi hoje de incrível ou de incrivelmente banal. Eu corri; imediatamente compartilhei o meu percurso, o meu tempo, as minha performance, e a sua avaliação. Permanentemente *posto* as fotos das minhas férias, das minhas noites nas festas, nos protestos, dos meus colegas, daquilo que vou comer e com quem vou foder. Parece que não estou fazendo nada e no entanto produzo um constante fluxo de dados. Se eu trabalho ou não, a minha vida cotidiana, enquanto mercado de informações, continua sempre a agregar valor. Eu constantemente melhora o algoritmo.

“Graças às redes difusas de sensores, teremos sobre nós próprios o ponto de vista onisciente de Deus. Pela primeira vez, podemos cartografar com precisão o comportamento de massas das pessoas, até na sua vida quotidiana”, entusiasma-se um tal professor do MIT. Os grandes reservatórios refrigerados de dados constituem a despensa do governo atual. Ao perscrutar as bases de dados produzidas e continuamente atualizadas pela vida quotidiana dos humanos conectados, ele procura as correlações que permitam estabelecer não leis universais, nem mesmo os “porquês”, mas os “quandos” e os “quês”, previsões pontuais e situadas, oráculos. Gerir o imprevisível, governar o ingovernável e já não tentar aboli-lo, essa é a ambição declarada da cibernética. A gestão do governo cibernético não é somente, como no tempo da economia política, prever para orientar a ação, mas agir diretamente sobre o virtual, estruturar os possíveis. A polícia de Los Angeles dotou-se há alguns anos de um novo programa informático chamado “Prepol”. Ele calcula, a partir de uma multidão de estatísticas sobre o crime, as probabilidades que este ou aquele delito seja cometido, bairro a bairro, rua a rua. É o próprio programa informático que, a partir dessas probabilidades atualizadas em tempo real, comanda as patrulhas de polícia na cidade. Um guru cibernético escrevia, no jornal *Le Monde* em 1948: “Poderemos sonhar com um tempo em que a máquina de governar virá suprir – para o bem ou para o mal, quem o saberá? – a insuficiência patente nos dias de hoje das lideranças e dos aparelhos habituais da política.” Cada época sonha a seguinte, pronta a que o sonho de uma se torne no pesadelo quotidiano da outra.

O objeto da grande recolha de informações pessoais não é um seguimento individualizado do conjunto da população. A insinuação na intimidade de cada um e de todos serve menos para produzir fichas individuais do que grandes bases estatísticas que ganham sentido pela quantidade. É mais econômico correlacionar as características comuns dos indivíduos numa multidão de “perfis”, e os devires prováveis que daí decorrem. Não interessa o indivíduo presente e inteiro, mas apenas

aquilo que permite determinar as suas linhas de fuga potenciais. O interesse em aplicar vigilância sobre perfis, “acontecimentos” e virtualidades é que as entidades estatísticas não se revoltam; e que os indivíduos podem sempre pretender não ser vigiados, pelo menos enquanto pessoas. Enquanto a governamentalidade cibernética opera já a partir de uma lógica completamente nova, os seus sujeitos atuais continuam a pensar-se de acordo com o antigo paradigma. Cremos que os nossos dados “pessoais” nos pertencem, como o nosso carro ou os nossos sapatos, e que não fazemos mais do que exercer a nossa “liberdade individual” ao permitir que a Google, o Facebook, a Apple, a Amazon ou a polícia tenham acesso a eles, sem vermos que isso tem efeitos imediatos sobre aqueles que a tal se recusam, e que doravante serão tratados como suspeitos, potenciais desviantes. “Sem dúvida que”, preveem os autores de *The New Digital Age*, “no futuro ainda haverá pessoas a resistir à adoção e uso de tecnologias, pessoas que recusam ter um perfil virtual, um *smartphone* ou o menor contacto com sistemas de dados em linha. Por seu lado, um governo pode suspeitar que pessoas que desertem completamente disso tudo tenham algo a esconder e de que são assim mais suscetíveis de infringir a lei. Como medida antiterrorista, o governo constituirá então um ficheiro de «pessoas escondidas». Se o leitor não tem nenhum perfil conhecido em nenhuma rede social ou não tem um contrato de telemóvel, e se é particularmente difícil encontrar referências sobre si na Internet, o leitor poderá muito bem ser candidato a um ficheiro desses. Poderá também ver-se alvo de um conjunto de medidas especiais que incluam revistas rigorosas nos aeroportos e mesmo proibição de viajar.”

### **3. Miséria cibernética.**

Os serviços de segurança acabam assim por considerar mais *credível* um perfil do Facebook do que o indivíduo supostamente escondido por trás. Isso mostra suficientemente a porosidade entre aquilo a que ainda chamamos o virtual e o real. A aceleração da transformação do mundo real em dados torna, efetivamente, cada vez menos pertinente pensar como separados o mundo conectado e o mundo físico, o ciberespaço e a realidade. “Vejam o Android, o Gmail, o Google Maps, o Google Search. É isso que nós fazemos. Nós fabricamos produtos sem os quais é impossível viver”, declara-se em Mountain View. Desde há alguns anos, a omnipresença de objetos conectados na vida quotidiana dos humanos desencadeia, no entanto, da parte dos últimos, alguns reflexos de sobrevivência. Alguns barmans decidiram banir os Google Glass dos seus estabelecimentos – que dessa forma se tornam aliás realmente na moda. Florescem iniciativas que incitam a desconexão pontual (um dia por semana, um fim-de-semana, um mês) como forma de medir a sua

dependência dos objetos tecnológicos e reviver uma “autêntica” experiência do real. A tentativa revela-se evidentemente vã. O simpático fim-de-semana à beira-mar com a família e sem *smartphone* é vivido antes de mais *enquanto experiência de desconexão*; tal significa que ela é imediatamente projetada no momento da reconexão, e da sua partilha na rede.

A seu termo, no entanto, a relação abstrata do homem ocidental ao objetivar-se em todo um conjunto de dispositivos, em todo um universo de reproduções virtuais, reabriu paradoxalmente o caminho em direção à presença. Como nos desligamos de tudo, acabaremos por nos desligar do nosso próprio desligamento. A intoxicação tecnológica irá nos devolver no fim de contas a capacidade de nos comovermos com a existência nua, sem pixel, de uma madressilva. Terá sido necessário que toda a espécie de ecrãs se interpusessem entre nós e o mundo para nos restituir o incomparável brilho do mundo sensível, o maravilhamento face ao que está aqui. Terá sido necessário que centenas de “amigos” que não interessam para nada *gostassem* de nós no Facebook, para melhor nos ridicularizarem mais tarde, para reencontrarmos o antigo gosto da amizade.

À falta de se conseguir fazer computadores capazes de igualar o homem, tentou-se empobrecer a experiência humana ao ponto de se poder confundir a vida com a sua modelização digital. É possível imaginar o deserto humano que foi necessário criar para tornar desejável a existência nas redes sociais? De igual modo, foi necessário que o viajante cedesse lugar ao turista para se poder imaginar que este aceitaria pagar para percorrer o mundo via holograma a partir da sua sala de estar. Mas a menor experiência real fará explodir a miséria deste escamoteio. *É a sua própria miséria que, por fim, abaterá a cibernética.*

Para uma geração super-individualizada cuja sociabilidade primária tinha sido a das *redes sociais*, a greve estudantil do Quebeque em 2012 foi antes de mais a revelação fulminante da potência insurrecional do simples fato de se estar junto e de se pôr em marcha. Encontraram-se como nunca, até que essas amizades insurgentes vieram chocar com os cordões policiais. As ratoeiras nada podiam contra isto: pelo contrário, tornaram-se até uma outra forma de experimentar conjuntamente.



“O fim do Eu será a gênese da presença”, augurava Giorgio Cesarano no seu *Manual de Sobrevivência*.

A virtude dos *hackers* foi terem partido da materialidade do universo considerado virtual. Como disse um membro dos Telecomix, um grupo de *hackers* que se destaca ajudando os sírios a contornar o controle estatal das comunicações via Internet, se o *hacker* está avançado em relação ao seu tempo é porque “ele não considerou essa nova ferramenta (Internet) como um mundo virtual à parte, mas antes como uma extensão da realidade física”. O que é agora mais flagrante, quando o movimento *hacker* se projeta para fora dos ecrãs ao abrir hackerspaces, onde se pode esmiuçar, construir, fazer funcionar tanto programas programadores como objetos. A extensão e a colocação em rede do *Do it yourself* desencadearam o seu lote de pretensões: trata-se de pôr as coisas a funcionar, a rua, a cidade, a sociedade e mesmo a vida. Certos progressistas doentios apressaram-se a ver aí as premissas de uma nova economia, ou mesmo de uma nova civilização, desta vez baseada na “partilha”. E, claro, a “criação”, já valorizada na presente economia capitalista para lá da antiga canga industrial. Os gestores são incitados a facilitar a libertação de iniciativas, promover projetos inovadores, a criatividade, o gênio e sem dúvida o desvio – “a empresa do futuro deve proteger o desviante, visto que é ele que inova e que é capaz de criar racionalidade no desconhecido”, dizem. Nos dias de hoje, o valor não é procurado nas novas funcionalidades de uma mercadoria, nem mesmo na sua desejabilidade ou sentido, mas na experiência que oferece ao consumidor. Então porque não lhe oferecer, a esse consumidor, a experiência última de passar para o outro lado do processo de criação? Nesta perspectiva, os *hackerspaces* ou os *fablabs* transformam-se nos espaços onde se podem realizar os “projetos” dos “consumidores-inovadores”, fazendo emergir “novos locais de mercado”. Em São Francisco, a empresa Techshop pretende desenvolver um novo género de clubes de fitness onde, em troca de uma anuidade, as pessoas “se encontram todas as semanas para magicar, criar e desenvolver os seus projetos”.

O fato de o Exército norte-americano financiar sítios similares no quadro do programa *Cyber Fast Track* da DARPA (*Defense Advance Research Project Agency*) não condena os *hackerspaces* enquanto tal. Como a sua captura no seio do movimento “Maker” também não condena esses espaços, onde se pode conjuntamente construir, reparar ou desviar objetos industriais das suas utilizações iniciais, a integrar a enésima reestruturação do processo de produção capitalista. Os kits de construção de aldeias, como os da *Open Source Ecology*, com as suas cinquenta máquinas moduláveis – trator, fresadora, betoneira, etc. – e módulos de habitação de autoconstrução, também poderiam ter um outro destino

que não o de servir para fundar uma “pequena civilização com todo o conforto moderno” ou para criar “economias integrais”, um “sistema financeiro” ou uma “nova governança”, como ambiciona o seu atual guru. A agricultura urbana, que se instala por cima dos tetos dos edifícios ou nos vazios industriais – seguindo o exemplo das 1300 hortas comunitárias de Detroit – poderia ter outras ambições que não de participar na retoma econômica ou na “resiliência das zonas devastadas”. Os ataques, como os promovidos pelos Anonymous/Lulzsec contra a polícia, as sociedades bancárias, as multinacionais de serviços secretos ou das telecomunicações, poderiam muito bem extravasar o ciberespaço. Como diz um *hacker* ucraniano: “Quando tens que zelar pela tua vida paras muito rapidamente de imprimir cenas em 3D. Temos que arranjar outro plano.”

#### **4. Técnicas contra tecnologia.**

Aqui surge a famosa “questão da técnica”, ponto cego no movimento revolucionário de hoje. Uma mente cujo nome podemos esquecer descrevia desta forma a tragédia francesa: “um país globalmente tecnófobo dominado por uma elite globalmente tecnófila”; se a constatação não vale forçosamente para todo o país, vale em qualquer caso para os meios radicais. O grosso dos marxistas e pós-marxistas juntam à sua propensão atávica para a hegemonia um certo vínculo à técnica-que-liberta-o-homem, enquanto uma boa parte dos anarquistas e pós-anarquistas se acomodam sem dificuldade numa confortável posição de minoria, ou mesmo de minoria oprimida, acantonando-se geralmente em posições hostis à “técnica”. Cada tendência dispõe até da sua caricatura: aos partidários negristas do ciborgue, da revolução eletrônica pela multidão conectada, respondem os anti-industriais que fizeram da crítica do progresso e do “desastre da civilização tecnicista” um gênero literário bem rentável, feitas as contas, e uma ideologia de nicho onde nos mantemos quentes e aconchegados, à falta de entrever uma qualquer possibilidade revolucionária. Tecnofília e tecnofobia formam um par diabólico unido por essa mentira central: que uma coisa como a técnica existe. Aparentemente seria possível fazer a divisão, na existência humana, entre o que é técnica e o que não o é. Mas não: basta ver em que estado inacabado nasce a cria humana e o tempo que leva para conseguir mover-se no mundo ou para falar, para nos darmos conta de que a sua relação com o mundo não é de modo algum dada, mas antes o resultado de uma enorme elaboração. A relação do homem com o mundo, visto que não releva de uma adequação natural, é essencialmente artificial, *técnica*, para falar grego. Cada mundo humano é uma determinada configuração de técnicas culinárias, arquiteturas, espirituais, informacionais, agrícolas, eróticas, guerreiras, etc.



E é bem por isso que não há essência humana genérica: porque só há técnicas particulares e cada técnica configura um mundo, materializando-se assim uma certa relação com este, uma determinada *forma de vida*. Não se “constrói” portanto uma forma de vida; não se faz mais do que incorporar técnicas, pelo exemplo, pelo exercício ou pela aprendizagem. É também por isso que o nosso mundo familiar raramente nos surge como “técnica”: porque o conjunto dos artifícios que o articulam já faz parte de nós; são sobretudo aqueles que não conhecemos que nos parecem de uma estranha artificialidade. Também o carácter técnico do nosso mundo vivido só nos salta aos olhos em duas circunstâncias: na invenção e no “apagão”. É apenas quando assistimos a uma descoberta ou quando um elemento familiar acaba por faltar, partir-se ou não funcionar, que a ilusão de viver num mundo natural cede face à evidência contrária.

Não podemos reduzir as técnicas a um conjunto de instrumentos equivalentes que o Homem, esse ser genérico, se serviria de forma indiferenciada. Cada ferramenta configura e incorpora uma determinada relação com o mundo e afeta aquele que o emprega. Os mundos assim forjados não são equivalentes, não mais do que os homens que os povoam. E não sendo equivalentes, também não são hierarquizáveis. Não há nada que permita estabelecer uns como mais “avançados” do que outros. Eles são simplesmente distintos, tendo cada um o seu devir próprio e a sua própria história. Para hierarquizar os mundos é necessário introduzir neles um critério, um critério implícito que permita classificar as diferentes técnicas. Tal critério, no caso do progresso, é simplesmente a produtividade quantificável de técnicas, tomada independentemente de tudo o que eticamente carrega cada técnica, independentemente do que ela engendra como mundo sensível. É por isso que só há progresso quando capitalista, e é por isso que o capitalismo é a destruição continuada dos mundos. Da mesma forma, não é porque as técnicas produzem mundos e formas de vida, que a essência do homem é a produção, como pensava Marx. É isto o que escapa simultaneamente a tecnófilos e a tecnófobos: a natureza *ética* de cada técnica.

Não podemos esquecer também que o pesadelo desta época não está no fato de ela ser “a era da técnica”, mas sim *a era da tecnologia*. A tecnologia não é a consumação das técnicas, trata-se, pelo contrário, da expropriação dos seres humanos das suas diferentes técnicas constitutivas. A tecnologia é a *sistematização* das técnicas mais *eficazes* e o conseqüente nivelamento dos mundos e das relações com o mundo que cada uma delas movimentava. A tecnologia é um *discurso sobre as técnicas constantemente projetado sobre a realidade material*. Da mesma forma que a ideologia dos festivais é a morte da festa real, que a ideologia do

encontro é a própria impossibilidade do encontro, a tecnologia é a neutralização de todas as outras técnicas particulares. Neste sentido, o capitalismo é essencialmente tecnológico: é a organização rentável, num sistema, das técnicas mais produtivas. A sua figura cardinal não é o economista, mas sim o engenheiro. O engenheiro é o especialista e portanto o chefe dos expropriadores das técnicas, aquele que não se deixa afetar por nenhuma delas e propaga por todo o lado a sua própria carência de mundo. É uma figura triste e servil. A solidariedade entre capitalismo e socialismo tece-se aí: no culto do engenheiro. Foram engenheiros que elaboraram a maior parte dos modelos da economia neoclássica, assim como os programas programadores de *trading* contemporâneos. Recordemos que o título de glória de Brejnev foi ter sido engenheiro da indústria metalúrgica na Ucrânia.

A figura do *hacker* opõe-se, ponto por ponto, à figura do engenheiro, quaisquer que sejam as tentativas artísticas, policiais ou empresariais de a neutralizar. Onde o engenheiro captura tudo o que funciona para que tudo funcione melhor, para o colocar ao serviço do sistema, o *hacker* pergunta-se “como é que isto funciona?” para encontrar as falhas, mas também para inventar outras utilizações, para experimentar. Experimentar significa então: viver o que implica *eticamente* esta ou aquela técnica. O *hacker* vem arrancar as técnicas ao sistema tecnológico, libertando-as. Se somos escravos da tecnologia é justamente porque há todo um conjunto de artefatos da nossa existência quotidiana que temos como especificamente “técnicos” e que consideramos sempre como meras caixas-negras das quais seremos inocentes utilizadores. A utilização de computadores para atacar a CIA comprova suficientemente como a cibernética é tão pouco a ciência dos computadores, do mesmo modo que a astronomia não é a ciência dos telescópios. Compreender como funciona qualquer um dos aparelhos que nos rodeiam comporta um aumento de poder imediato, dando-nos controle sobre aquilo que a partir daí já não nos surge mais como um ambiente mas como um mundo disposto de uma certa maneira e sobre o qual podemos intervir. Este é o ponto de vista *hacker* sobre o mundo.

Nestes últimos anos, o meio *hacker* percorreu um caminho político considerável, conseguindo identificar mais claramente amigos e inimigos. O seu devir-revolucionário confronta-se no entanto com vários obstáculos de monta. Em 1986, “Doctor Crash” escrevia: “Quer saibas ou não, se és um hacker, és um revolucionário. Não te preocupes, estás do lado certo.” Não é seguro que uma tal inocência seja ainda permitida. Há no meio *hacker* uma ilusão originária, segundo a qual se poderia opor a “liberdade de informação”, a “liberdade da Internet” ou a “liberdade do indivíduo” aos que as pretendem controlar. É um grave equívoco. *A liberdade e a vigilância provêm do mesmo paradigma de governo. A*

extensão infinita dos processos de controle é, historicamente, o corolário de uma forma de poder que se realiza *através* da liberdade dos indivíduos. O governo liberal não é aquele que se exerce diretamente sobre o corpo dos seus sujeitos ou que espera deles uma obediência filial. É um poder totalmente em contração, que prefere ordenar o espaço e reinar sobre interesses, mais do que sobre corpos. Um poder que vela, vigia e age de forma mínima, intervindo apenas onde o *quadro* é ameaçado, sobre aquilo que *vai demasiado* longe. Só se governam sujeitos livres, e tomados em massa. A liberdade individual não é algo que possamos acenar contra o governo, visto que ela constitui, precisamente, o mecanismo sobre o qual ele se apoia, aquele que ele regula o mais delicadamente possível no fito de obter, na agregação de todas essas liberdades, o efeito de massa esperado. *Ordo ab chao*. O governo é esta ordem à qual obedecemos “como comemos quando temos fome, como nos cobrimos quando temos frio”, esta servidão que eu coproduzo no próprio momento em que procuro a minha felicidade, em que exerço a minha “liberdade de expressão”. “A liberdade do mercado necessita de uma política ativa e extremamente vigilante”, precisava um dos fundadores do neoliberalismo. *Para o indivíduo, não há liberdade a não ser vigiada*. É o que os defensores de um “capitalismo sem estado”, no seu infantilismo, jamais compreenderão, e é esta incompreensão que gera atração pela palermice ultra liberal em determinados *hackers*. De um ser autenticamente livre, nem sequer se diz que é livre. Ele simplesmente *é*, existe, move-se conforme o seu ser. Só se diz de um animal que ele está *em liberdade* quando cresce num meio já completamente controlado, esquadrinhado, civilizado: no parque das regras humanas onde se dá o safari. “Friend” e “free” em inglês, “Freund” e “frei” em alemão, provêm da mesma raiz indo-europeia que remete para a ideia de um potência comum que cresce. Ser livre e estar ligado, são uma e a mesma coisa. Eu sou livre *porque estou ligado*, porque faço parte de uma realidade mais vasta do que eu. Na Roma Antiga, os filhos dos cidadãos eram os *liberi*: através deles, era Roma que crescia. O que quer dizer que a liberdade individual do “eu faço o que eu quero” é uma piadinha, e uma vigarice. Se querem verdadeiramente combater o governo, os *hackers* devem renunciar a esse fetiche. A causa da liberdade individual é o que os impede ainda de constituir grupos suficientemente fortes para desencadear, a partir de aí, uma série de ataques, uma verdadeira estratégia; e é também o que gera a sua inaptidão para se ligarem a outra coisa que não a eles próprios, a sua incapacidade para se tornarem uma força histórica. Um membro do Telecomix previne os seus camaradas nestes termos: “O que é certo é que o território onde vocês vivem é defendido por pessoas que fariam bem em encontrar. Porque elas mudam o mundo e não vão esperar por vocês.”

Um outro desafio, para o movimento *hacker*, como o demonstra cada novo encontro do *Chaos Computer Club*, trata-se de conseguir traçar uma linha de frente no seu próprio seio entre aqueles que trabalham por um melhor governo, quando não para o governo, e aqueles que trabalham para a sua destituição. Chegou o tempo de *tomar partido*. É essa questão primordial que ilude Julian Assange quando diz: “Nós, os trabalhadores da alta tecnologia, somos uma classe e já é tempo que nos reconheçamos enquanto tal.” Recentemente, a França fez crescer a perversão ao ponto de abrir uma universidade para formar “*hackers éticos*”, supervisionada pela DCRI, a fim de formar pessoas para lutarem contra os verdadeiros *hackers* - aqueles que não renunciaram à *ética hacker*.

Estes dois problemas conjugam-se num caso que nos impressionou particularmente: o dos *hackers* de Anonymous/LulzSec que quando apanhados, após tantos ataques em que fomos tantos a aplaudir, se encontram, como Jeremy Hammond, praticamente sozinhos face à repressão. No dia de Natal de 2011, o LulzSec *desfigurou* o site da Stratfor, uma multinacional de “segurança privada”. Na página inicial desfilava o texto d’*A Insurreição Que Vem* em inglês e 700.000 Dólares saíram das contas de clientes da Stratfor em direção a um conjunto de associações caritativas – doação de Natal. E nós não pudemos fazer nada, nem antes nem depois, para evitar a sua prisão. Claro, é mais seguro operar sozinho ou em pequeno grupo – o que de fato não nos torna imune a agentes infiltrados – quando se atacam alvos como este, mas é catastrófico que ataques de tal modo políticos, relevantes dessa forma para ação mundial do nosso partido, possam ser reconduzidos pela polícia a um qualquer crime privado, passível de décadas de prisão ou utilizado como meio de pressão para transformar em agentes governamentais este ou aquele “pirata da Internet”.



“ Com o Google, o que se esconde sob a aparência de uma inocente interface, de um motor de busca de uma rara eficácia, é um projeto explicitamente político. Uma empresa que mapeia todo o planeta, enviando equipes para fotografar cada rua de cada cidade não pode ter interesses apenas comerciais. Ninguém mapeia um território sem intenções de dominá-lo. “Don´t be evil.” = “Deixe tudo em nossas mãos”.

[faccasoficticia.noblogs.org](http://faccasoficticia.noblogs.org)  
[faccfic@riseup.net](mailto:faccfic@riseup.net)

